



LUTAR CONTRA A DESUMANIZAÇÃO E AS AMARRAS DO CAPITALISMO!

ROMBO DA PREVIDÊNCIA: MENTIRA PARA JUSTIFICAR A REFORMA

2

A UERJ NÃO PODE FECHAR!

3

PARA ONDE CAMINHA A SAÚDE PÚBLICA EM ALAGOAS?

4

EDUCAÇÃO E SOCIALISMO

5

O MORALISMO NA QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

7

AGRONEGÓCIO TENTA MELAR O CARNAVAL DA IMPERATRIZ

8

CRIME, SISTEMA PRISIONAL E CAPITAL: GENOCÍDIO E LUCRO

10

ROMBO DA PREVIDÊNCIA: MENTIRA PARA JUSTIFICAR A REFORMA

Muito tem se falado nos últimos tempos sobre a Reforma da Previdência anunciada no governo Dilma e encaminhada por Temer. As propagandas financiadas pelo governo argumentam que “se não reformar, a Previdência vai quebrar”. Junto a isso, a grande mídia reforça a ideia com reportagens sobre “o envelhecimento da população” e a “necessidade da Reforma”.

Nas redes sociais as reações são as mais variadas. As pessoas fizeram memes com recados de que nunca mais irão se aposentar ou trabalharão até morrer, o que não deixa de ser verdade para muitas. Como veremos a seguir.

Para o governo o principal argumento é o chamado “rombo”. Tentam passar a ideia que as contas da Previdência não fecham, ou seja, dizem que tem mais gente aposentada do que os valores arrecadados mensalmente dos que estão na ativa e, portanto, falta dinheiro e com isso o governo (União) tem que cobrir.

A FARSA DO ROMBO

Como afirmamos no Jornal do Espaço Socialista nº 93 (1), a Previdência juntamente com a saúde (de acesso universal) e a Assistência Social fazem parte da Seguridade Social.

O orçamento da Seguridade Social, além de ser composto por contribuições dos empregados e empregadores, tem também como fonte de financiamento a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), o Programa de Integração Social (PIS) e a

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A proposta tripartite em vários países do mundo, com a contribuição desses três agentes (empregados, empregadores e Estado), é próxima de 33% de cada, mas no Brasil a contribuição estatal já é muito reduzida, apenas 12% em 2012 (2)!

O esforço dos governos está em chamar essa contribuição estatal (que já é pequena) de rombo. O cretinismo chega às últimas consequências com as propagandas mentirosas expostas em rede nacional ameaçando um colapso caso a Reforma da Previdência não seja realizada.

A mentira se aprofunda ao vermos que, na verdade, o orçamento da Seguridade Social é superavitário, ou seja, se arrecada mais do que se tem para pagar com as aposentadorias. Dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) mostram que em 2012 o superávit foi de R\$ 78,1 bilhões, enquanto o governo alega ter havido um déficit de R\$ 38 bilhões. (3)

OS “ROMBOS DA PREVIDÊNCIA” SÃO CRIADOS PELO GOVERNO

É importante ressaltar que enquanto o governo afirma, através de uma manobra contábil, existir um rombo na Previdência (em que os trabalhadores são os culpados), os principais rombos são criados

por iniciativas do próprio governo.

A Desvinculação das Receitas da União – ou seja, do mecanismo para mover parte das receitas vinculadas para o Orçamento Geral (podendo ser utilizado para pagamento da dívida pública, por exemplo) e que retira verbas da Educação e saúde todos os anos – foi responsável pela

retirada R\$ 230 bilhões da Seguridade Social, isto é, 2,7 vezes o rombo que o governo atribui à Previdência.

Além disso, as desonerações feitas entre 2011 e 2016 resultaram também em R\$ 274,3 bilhões a menos aos caixas da Previdência nesse mesmo período.

Enquanto isso, o governo, os empresários e a mídia continuam fortalecendo a propaganda a favor da Reforma da Previdência e contra os trabalhadores. Importante dizer que dois terços dos aposentados no Brasil ganham apenas um salário mínimo.

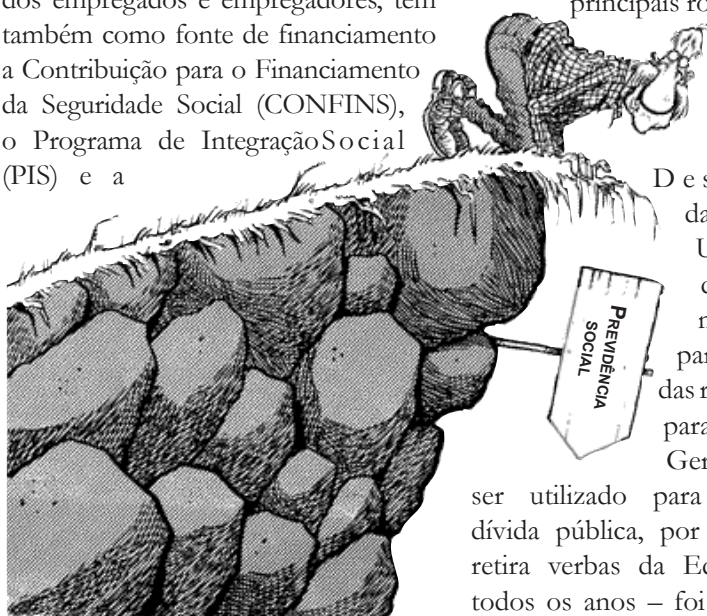
É possível ainda citarmos fatos recentes que nos fazem crer que há recursos disponíveis: Perdão de dívidas de empresas, desonerações, transferência de recursos para a iniciativa privada (como a passagem da infraestrutura de comunicação para as Telecomunicações), a não cobrança da dívida dos sonegadores com a União e, principalmente, o pagamento da enorme dívida pública (que consome metade do orçamento da União). Tudo isso mostra para onde vão os recursos do dinheiro tirado dos trabalhadores.

A Reforma da Previdência é parte de uma corrente muito maior para destinar mais recursos para o sistema da dívida pública e para o capital financeiro. Parte disso é a recém aprovada PEC 55 (que estabelece limite para os gastos do governo, inclusive saúde e Educação, mas não estabelece nenhum limite para os gastos com a dívida pública) e o Projeto de Lei como o PLS 204, de autoria do senador José Serra (PSDB), que aprofunda a passagem de recursos públicos para a o sistema financeiro.

Como consequência direta da PEC 55, o governo faz de tudo para aprovar a Reforma da Previdência.

O CRETINISMO NÃO TEM LIMITES

Algumas das propostas da Reforma da Previdência encontram sua justificativa nos mais absurdos argumentos. A idade mínima da aposentadoria, de 65 anos, por exemplo, compara-se com as Reformas em diversos países como na Finlândia



e Noruega mas, se deixa de lado a expectativa de vida nesses países, que ultrapassa os 80 anos, enquanto que no Brasil é de 74 anos. Ainda assim parcelas da sociedade com menos renda vivem muito menos, sendo de apenas 71 anos, como no Maranhão, por exemplo. Esses mesmos países possuem uma rede de assistência à saúde muito superior à do Brasil.

A idade mínima da aposentadoria, em 65 anos, para mulheres e homens e os 25 anos de contribuição mínima também para ambos justifica-se pela suposta “igualdade” na expectativa de vida entre homens e mulheres, ignorando que as mulheres no Brasil, além de ganharem menos que os homens para trabalho igual, acumulam jornadas dupla ou tripla de trabalho e ainda assumem a maioria (ou todo) o trabalho doméstico e a responsabilidade para criação dos filhos e o cuidado com idosos.

Para o governo, ter 25 anos de contribuição e 65 anos de idade ainda não é suficiente. O trabalhador

terá apenas direito a 51% de sua aposentadoria acrescido de 1% por ano trabalhado. Ou seja, alguém que tenha 25 anos de contribuição terá direito a $51\% + 25\% = 76\%$ da aposentadoria. Para ter direito a 100%, terá que trabalhar 49 anos!

Vejamos: para que a pessoa consiga se aposentar aos 65 anos com 100% da aposentadoria a que deveria ter direito, deverá começar a trabalhar aos 16 anos e não ficar nenhum ano sequer desempregado.

A realidade do trabalhador não permitirá que se aposente. Ficar empregado todo o tempo é algo extremamente raro e, quando se consegue um sofrido emprego, muitas vezes é informal, ou seja, o empregador não arca com os encargos que deveria para assegurar a Previdência do trabalhador. Na prática, ainda mais nessas condições e em momento de desemprego estrutural, a aposentadoria será algo que boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras não terão o direito de conquistar.

O QUE FAZER?

Não resta dúvidas de que para os trabalhadores não há outro caminho que não o da resistência e mobilização. Para isso, defendemos a construção de espaços de luta como plenárias populares de trabalhadores, juventude e movimentos sociais para construção da greve geral de fato que pare o país e possa pôr fim a esses e outros planos.

Contra a Reforma da Previdência! Não pagar a dívida pública! Investimento dos recursos em saúde, Educação e moradia! Que a burguesia pague pela crise!

REFERÊNCIAS:

- (1) Os impactos da Reforma da previdência na categoria dos professores do Ensino Médio (<http://espacosocialista.org/portal/?p=4811>)
- (2) A Reforma da Previdência e os Ataques aos Direitos Sociais no Brasil, Luís Fernando Silva (<http://bit.ly/2jMTz54>).
- (3) <https://www.youtube.com/watch?v=POZEMemfQ5s>

A UERJ NÃO PODE FECHAR!

RODRIGO MENEZES – ESTUDANTE DA UERJ

Não é de hoje que os estudantes, professores e técnicos administrativos fazem denúncias sobre o desmonte da universidade e da Educação públicas. A crise da UERJ começou a dar sinais em 2014 e se agravou no ano de 2015. Em novembro daquele ano, denunciando o atraso no salário dos terceirizados, das bolsas dos alunos cotistas e de iniciação científica, os estudantes iniciaram a Ocupação do prédio principal da universidade. O movimento que durou 18 dias, mesmo com suas debilidades, conseguiu chamar a atenção da sociedade para a questão da precarização da UERJ, acelerada pelo PMDB. No ano passado, uma greve de cinco meses lutou contra o desmonte da universidade, que afeta também dramaticamente o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), de cujo atendimento dependem milhares de pessoas.

A universidade resistiu durante todos esses anos, enquanto sua verba de custeio e investimento era dilacerada

anualmente, sobretudo em 2016. Hoje, essa crise ameaça fechar as portas da universidade, questão admitida publicamente pela reitoria atual e pelos anteriores, em documento assinado por eles intitulado “A UERJ e o Futuro do Rio de Janeiro”. Nele, o reitor afirma que “desprezar o ensino superior, a pós-graduação e a pesquisa é apostar na miséria, na violência e num futuro sem perspectivas positivas”. O reitor diz ainda que “forçar o fechamento da UERJ é não pensar no futuro de nosso estado e de nosso país”. O texto afirma, ainda, que “a UERJ está sendo sucateada, numa absoluta falta de visão estratégica por parte dos governantes do nosso estado, a quem incumbe o financiamento de uma universidade pública e inclusiva como a nossa”. Entretanto, se a reitoria da UERJ estivesse de fato preocupada com o fechamento de uma das maiores universidades do país não faria uma carta tão genérica



e desprovida de indignação. A carta na verdade é apenas uma forma indireta de pressionar o governador, já que não o cita diretamente.

A UERJ é uma das poucas universidades públicas em que os filhos da classe trabalhadora conseguem ter mais acesso, pois, ainda que se mantenha o filtro elitista e racista do vestibular, foi a primeira universidade do país a implementar o sistema de cotas e seu corpo discente expressa isso. É uma universidade com uma grande composição de negros e trabalhadores, diferente de tantas outras universidades públicas em que esses quase não conseguem entrar. A luta em defesa da UERJ é uma luta pela democratização da Educação, é uma luta de todos os trabalhadores.

Muitos têm lamentado a

possibilidade de fechamento da UERJ, que tem causado comoção em setores que vão muito além dos que trabalham e estudam ali. Precisamos transformar esse sentimento de medo e solidariedade em uma forte campanha que lute pela manutenção da universidade, com o imediato pagamento de todos os salários atrasados, de trabalhadores efetivos e terceirizados, e de todas as bolsas atrasadas dos estudantes.

As ocupações de escola e universidades em todo o país, nos últimos anos, bem como a importante greve que foi feita na UERJ demonstram que existe muita disposição de luta. Os funcionários

técnico-administrativos estão em greve desde o dia 16 de janeiro. Até que os repasses sejam normalizados. No dia 23 de janeiro, os docentes, com indicativo de greve, realizaram sua assembleia para discutir a situação.

O que precisamos hoje é de uma organização e um programa à altura da crise para podermos impedir o fechamento da UERJ. O DCE da universidade, infelizmente, não tem ajudado em nada para mobilizar os estudantes e muito menos a UNE.

Mas, também não podemos nos restringir à luta na UERJ: a crise que está ameaçando a universidade de fechar suas portas é uma crise do

Estado, ligada à crise nacional. Por isso, essa luta tem que se aliar aos demais setores em luta, como os servidores que hoje lutam contra os ataques de Pezão. O STF e os governos estadual e federal preparam um pacote de ataques a todos os trabalhadores e aos serviços públicos, o que inclui a privatização de empresas como a CEDAE. Enquanto isso, Piccioni quer se livrar da UERJ dizendo a Pezão que a passe para o governo federal, o que é só uma forma velada de dizer que defende a privatização da UERJ, já que é isso que Temer quer fazer com todas as estatais fluminenses.

PARA ONDE CAMINHA A SAÚDE PÚBLICA EM ALAGOAS?

Densas nuvens pairam sobre a classe trabalhadora alagoana. Há um contexto socioeconômico pouquíssimo favorável para aqueles que vivem da venda da força de trabalho: de acordo com o Ipea, o estado teve o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do país no período de 2011 a 2014, que foi 0,667⁽¹⁾.

Estatísticas reunidas pelo IBGE revelaram que, em 2015, 1 a cada 3 jovens alagoanos (de 15-29 anos) estava sem emprego nem matrícula escolar – o que também trouxe a Alagoas o menor índice nacional do IDHM. A saúde pública local tem seguido essa mesma maré, o que é ainda mais assombroso o temporal enfrentando por trabalhadoras e trabalhadores no território.

Nos últimos meses, trabalhadores alagoanos depararam-se com a suspensão dos serviços de alguns de seus hospitais públicos. Os discursos apontam pra causas diversas – falta de medicamentos, atraso no pagamento do salário dos servidores, impasses administrativos etc. – mas podemos encontrar um ponto comum entre todas essas situações.

Elas evidenciam o degradado atendimento médico que moradores da periferia, assim como trabalhadores que vivem sob dificuldades econômicas, encontram-se forçados a se submeter em sua rotina quando adoecem. Também revelam como os governos estadual e municipais – que não passam do poder institucional que protege

e viabiliza os interesses do capital – desprezam o bem-estar físico e psicológico da população, seja no “mau gerenciamento” dos hospitais ou na frequente “insuficiência de recursos” necessários às atividades do setor.

ALAGOAS: QUANDO A SAÚDE PÚBLICA RASTEJA

Para citar alguns dos episódios mais recentes: em Maceió, a maternidade Santa Mônica e o hospital Dr. Helvio Auto estiveram inativos durante um período de novembro e dezembro de 2016 por falta de remédios e outros materiais médicos; ainda em dezembro, devido ao racionamento de recursos do Hospital Geral do Estado (HGE), famílias de pessoas internadas se viram obrigadas a comprar fraldas, remédios, esparadrapos, pomadas, soros etc. para que o tratamento dos pacientes fosse garantido.

Durante o Natal em Atalaia, servidores da saúde paralisaram as atividades porque estavam sem receber seus salários há três meses (assim como o 13º e o valor correspondente às férias). Também denunciavam as precárias condições de trabalho, como a falta de combustível para as ambulâncias e de materiais básicos como sacos de lixo (o que os forçava a descartar materiais cirúrgicos irregularmente) – o nome do hospital em que trabalham, por ironia, é João Lyra.

Em janeiro deste ano, lideranças comunitárias e funcionários do

Mini Pronto Socorro João Fireman protestaram nas ruas do Jacintinho contra o projeto da Secretaria de Estado da Saúde de tornar o local uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), reclamando que a transformação reduzirá as especialidades médicas e sua qualidade de atendimento. Se a saúde é um direito de todos, por que tanta luta?

SAÚDE PÚBLICA EM ALAGOAS: UM DIREITO?

A saúde pública, gratuita e de acesso universal foi uma grande conquista dos trabalhadores na Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 194, assegura a promoção de um sistema articulado de Seguridade Social (em que estão contidas, além da saúde, a previdência e a assistência social).

A contradição é que, apesar da saúde ser “um direito de todos e dever do Estado”, temos hospitais e postos de saúde abandonados, falta de materiais básicos, demora no atendimento, funcionários mal remunerados e outros fatores que afetam a população que não pode pagar por um plano de saúde. Além da histórica precarização da rede pública de saúde, assistimos nos últimos anos o avanço da iniciativa privada no gerenciamento da saúde pública.

“HAJA PACIÊNCIA, PACIENTES”

Um dos maiores problemas enfrentados em Alagoas é a carência de diversas especialidades médicas: faltam médicos na área de neurologia, nefropediatria, entre

outras especialidades. Essa carência aumenta as filas, fazendo a espera pelo atendimento ser muito maior que a paciência de quem precisa de atendimento. A espera por uma consulta agendada varia de dois a quatro meses: um tempo que muitas pessoas não dispõem para esperar.

Por essa escassez, alguns atendimentos são viabilizados em estados vizinhos ou onde o sistema do SUS rastrear a vaga. Crianças que, ao nascer, sofrem de alguns problemas cardíacos ainda são tratadas em hospitais de Pernambuco. O paciente é encaminhado pelo SUS para o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), que deve assegurar os meios necessários para que o tratamento ocorra (com transporte adequado e auxílio financeiro). No entanto, vivenciamos uma conjuntura que demanda o enxugamento de investimentos em políticas para a população para que mais recursos sejam destinados aos bancos, o que ocasiona sérios reflexos na qualidade de vida das pessoas.

Uma das saídas para atendimentos imperativos e complexos é o apelo à justiça, para que esta cobre que o estado cumpra com seu “dever” constitucional de assegurar o direito à saúde. São muitos e diversos os pedidos que têm chegado até a justiça: TFD, *homecare*, liberação de compostos lácteos (primordiais para pacientes que sofrem de severas intolerâncias à lactose, como as crianças com fibrose

cística), medicamentos, exames etc.

No entanto, o atendimento a essas demandas muitas vezes tem ficado a desejar, visto que, mesmo com a determinação judicial, o governo estadual adia indeterminadamente uma solução (ou simplesmente não cumpre com a decisão judicial). O trágico é que quando trata-se de pagar a dívida pública o estado é rápido e não poupa esforços na tarefa, enquanto que, para atender as necessidades básicas da população – como acesso a serviços de saúde – é moroso e “sem recursos”.

A AMEAÇA DAS OS: PRIVATIZAÇÃO MASCARADA E DESMEDIDA

As Organizações Sociais (OS) são entidades privadas para as quais o estado delega, através de contrato, a prestação de serviços que outrora eram por ele executados. No campo formal, são organizações sem fins lucrativos. A história, porém, tem provado que, onde foram implementadas, as OS facilitaram o desvio de verbas públicas e o caos no atendimento das unidades que gerenciam. Isso ocorre porque a lógica do lucro é o pilar fundamental da iniciativa privada que, para atingir tal objetivo, lança-se sobre quaisquer meios.

O governo de Renan Filho pretende entregar à administração de Organizações Sociais diversos serviços de saúde. As UPAs, inauguradas

recentemente, foram entregues ao gerenciamento privado via OS. O maior hospital de Alagoas, o HGE, também se encontra sob ameaça de cair nas mãos do mesmo sistema que tem causado tantos problemas em outros estados. O Mini Pronto-Socorro Assis Chateaubriand, localizado num dos bairros mais populosos de Maceió, o Jacintinho, está ameaçado de demolição: ao invés de reformar e preservar o patrimônio público, o governo pretende demolir o prédio e construir uma UPA em seu lugar que, com certeza, será gerida por OS.

É preciso que a população se reúna, discuta as razões da atual situação da saúde pública em Alagoas, e lute pela manutenção dos nossos parcos direitos que estão sendo retirados. A situação econômica no país tende a se agravar, o que resvala na população os cortes de verbas para os serviços públicos e tantas outras medidas que penalizam, sobretudo, os trabalhadores sob condições de maior pobreza.

(1) Esse estudo leva em consideração dados sobre a Educação, renda e longevidade.



EDUCAÇÃO E SOCIALISMO

RAFAEL ROSSI

Não é de hoje a notícia que a Educação formal pública passa por diversos problemas, numa crise profunda e sem precedentes. Todavia, a dificuldade, na maioria dos casos, está em relacionar a parte ao todo ao qual pertence. Apesar do sistema do capital ter mostrado, de diversas maneiras ao longo da história, a impossibilidade de lhe imputar reformas essenciais e substantivas, muitos discursos, no âmbito da reflexão educacional, ainda desejam o impossível. A defesa de uma “educação humanizadora”; “emancipadora”; “omnilateral” etc. ainda faz sucesso no debate contemporâneo.

Nesse aspecto, entendemos

que é fundamental, para a luta dos trabalhadores numa perspectiva revolucionária, a crítica séria, racional e fundamentada na história. A crítica, por assim dizer, na teoria social instaurada por Marx, não se baseia tão somente em um caráter negativo em que se rejeita ou aceita esta ou aquela ideia apenas por preferência pessoal ou gosto. Ao contrário, a crítica, na organização ideológica e prática dos trabalhadores, deve ser o confronto de uma determinada ideologia com a própria realidade objetiva em seu processo histórico.

Se assim o procedermos com relação à análise da sociedade burguesa,

poderemos perceber que o capital é a potência que mais influi na direção e organização das várias dimensões que compõem a existência social (Educação, arte, filosofia, ciência, política etc.). Isto faz com que sejam os interesses da reprodução do capital o peso primordial na delimitação dos rumos da Educação, por exemplo.

O Estado, nesse sentido, enquanto “estrutura de comando político do capital” – na expressão de Mészáros – determina as formas concretas da Educação formal, mas isto, ao contrário do que muitos pensam, não significa que seja possível alterar a Educação – em seu conjunto – para

que esteja de acordo com o desafio histórico dos trabalhadores na luta pelo socialismo.

De fato, seria o mesmo que querer que a chuva caia de baixo para cima tentarmos colocar a Educação em toda a sua abrangência a serviço das reais necessidades e aspirações humanas. O fato do capital enfrentar, nas últimas décadas, a sua crise estrutural – novamente de acordo com Mészáros – indica que, no caso educacional, cada vez mais irão se fazer presentes determinações diretas e/ou indiretas que façam com que a Educação formal esteja coerente com as necessidades de reprodução do sistema como um todo.

A escola pública no capitalismo é absolutamente irreformável. Não existe lousa digital, metodologia, avaliação, política pública que consiga salvá-la! Os professores são tão desvalorizados que é impossível que eles tenham uma boa formação contínua para transmitir o conteúdo das disciplinas que são encarregados. Além do mais, já sabemos que não basta transmitir os conhecimentos, mas sim, transmiti-los numa orientação profundamente revolucionária.

Durante décadas tentam nos convencer que, agora sim, uma nova reforma educacional será melhor para todos. E qual o resultado? Mais exploração de todos que trabalham nas escolas, mais sucateamento tanto de seus aspectos físicos-estruturais, quanto o adocimento mental de inúmeros docentes.

De um modo geral, a Educação, enquanto dimensão constitutiva do ser social, possui a função social de transmissão e apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, ideias, comportamentos etc. que atendam à reprodução de uma determinada formação social. No que tange ao modo de produção capitalista, tanto a Educação formal, quanto a Educação em seu sentido mais amplo, se encarregam de transmitir os conhecimentos, valores e habilidades, por exemplo, que estejam em coerência com a ideologia dominante, ou seja, que estejam atendendo o campo de possibilidades delimitado pela expressão ideal da manifestação real e concreta das classes dominantes.

Não estamos, contudo,

desvalorizando a luta no interior da Educação. Nosso intuito é argumentar a respeito da necessidade de uma orientação revolucionária à luta educacional. Colocar o socialismo como um grande objetivo da luta em Educação significa, no mínimo, uma tarefa prática e teórica. Do ponto de vista prático há que contribuir, das diversas formas possíveis, com o movimento dos trabalhadores no sentido de perceber a determinação de classe das políticas públicas e a dependência essencial – ontológica – do Estado para com o capital, pensando em estratégias de confronto que prezem pela superação do capital e não a sua reforma. Do ponto de vista teórico, os desafios também são enormes, contribuindo junto aos trabalhadores, no entendimento crítico – no sentido já assinalado – do sistema do capital, do modo de produção capitalista, do Estado, da Educação em articulação com a totalidade social etc.

Uma Educação que, em sua totalidade, permita que os indivíduos explicitem e desenvolvam todas as suas potencialidades, possibilitando-nos a apropriação de todo patrimônio cultural, artístico, filosófico, científico etc. construído e elaborado pela humanidade, só será possível se conseguirmos superar o capital em sua totalidade, incluindo aqui o Estado, que, apesar de a cada dia mais explicitar seu fundamento mais íntimo com o capital, ainda é defendido em muitos lugares, como um espaço que deva ser “disputado” e não “superado”.

Por isso é de suma relevância entender que é impossível alterar substantivamente uma dimensão social sem alterar a totalidade à qual pertence. Os rumos mais gerais da Educação são delimitados pela



totalidade consubstanciada pelo sistema do capital. Desse modo, apenas superando este sistema social, conseguiremos, de fato, obter uma “Educação emancipadora”.

No atual momento histórico, compreendemos que a margem disponível na Educação apenas coloca como possibilidade real e concreta a realização de atividades educativas que tenham por finalidade a explicitação sólida da necessidade histórica do socialismo. A este respeito, os escritos de Ivo Tonet, parecem apontar para aquilo que, efetivamente, é possível em ser realizado hoje.

Assumir o estudo sério, rigoroso e contínuo do marxismo e da história, tanto individual, quanto coletivamente, por exemplo, é uma atitude de grande relevância para a luta dos trabalhadores numa abordagem socialista. Sem um conhecimento, orientado de modo revolucionário, não conseguiremos compreender os limites e as possibilidades que a práxis educativa oferece aos trabalhadores. É preciso não ter ilusões com relação ao Estado e suas políticas públicas. Fazer a crítica a estes aspectos não é defender o imobilismo! Se queremos, de fato, contribuir com a luta pelo socialismo, por meio de atividades educativas, temos que repensar a irreformabilidade da escola pública e a relação do Estado para com o capital. É preciso lembrar sempre que: “abandonado o horizonte comunista, todos os gatos tornam-se pardos” (S. Lessa).

SUGESTÃO DE ESTUDOS:

De Ivo Tonet, a leitura do seu livro “*Educação contra o Capital*” é de absoluta importância neste debate. A tese de doutorado de Talvanes Maceno intitulada “*O complexo social da Educação na Reprodução da sociedade: entre a autonomia e a dependência*”, igualmente, é fundamental para a formação crítica e, ainda, o clássico “*A Educação para além do Capital*” de István Mészáros. Para um estudo mais profundo a respeito da relação da Educação com a reprodução social, vale a pena a leitura do capítulo “*A Reprodução*” da obra “*Para uma Ontologia do Ser Social*” do filósofo húngaro Gyorgy Lukács. Outros textos de nossa autoria estão disponíveis em: <https://rafaelrossisite.wordpress.com/>

O “MORALISMO NA QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO” – UM DIÁLOGO COM SÉRGIO LESSA * SETORIAL DE MULHERS DE SP

* Referente ao texto *A Questão da Organização Revolucionária e o Movimento Anarquista*, publicado no Jornal Espaço Socialista nº 95.

As importantes contribuições de Sérgio Lessa para esse Jornal Espaço discorrem com muito domínio sobre questões que inquietam, especialmente, a juventude atualmente. São temas que sempre foram muito relevantes para os movimentos de esquerda e que vêm suscitando muitos questionamentos ou curiosidades de 2013 para cá.

No Jornal nº 95 contamos com seu texto *A Questão da Organização Revolucionária e o Movimento Anarquista* e é sobre o moralismo na questão da Organização (também subtítulo no texto) que queremos aqui dialogar.

Para tratar da questão do que é uma Organização ou das propostas de Organização para a luta revolucionária apresentadas pelo Anarquismo, o autor estabelece no texto uma contraposição com Marx, Engels, Rosa e Trotsky.

Em certo sentido, todo esse debate ao longo do texto, remetido à questão da Organização em si, podemos dizer que ainda está em aberto, embora compreendamos que a finalidade da Organização é historicamente construída e além de “acumular revolucionariamente forças nas lutas de classe em andamento”, deve também buscar contribuir para o avanço da consciência e luta socialista.

No entanto, quanto à “seleção dos militantes” seja para “um instrumento para luta de classe imediata” ou para o “germe prático e teórico, político e moral de uma nova sociedade liberta” há de se fazer algumas ponderações.

Esta “seleção” não se dá a priori determinada pela moral, pois não se trata de relações familiares da sociedade burguesa, se dá pela aproximação e concordância com aspectos políticos e programáticos considerando o atual momento das lutas em andamento, na sociedade de classes. E aqui as referências podem ser as mesmas: Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e Trotsky e os Anarquistas.

E se considerarmos as críticas às relações de propriedade e às relações familiares, com a compreensão de que o privado é político, podemos dizer que um certo moralismo acompanha a escolha dos exemplos dados ao apresentar apenas como algo moral e com um grau de igualdade o “machismo empedernido” e o “adultério” (podendo aqui, inclusive, acrescentar o próprio exemplo de Rosa)(1).

O adultério, praticado por ambos os sexos e, como já dito por Alexandra Kolontai, conflito amoroso da sociedade “guardiã do capital acumulado” relacionado diretamente à vida privada, é condenável pela moral burguesa, mas é também cultivado.

Nesse sentido, é considerado imoral porque desfaz a unidade básica do matrimônio (necessário para manter a riqueza concentrada e não dispersa com possíveis filhos fora do casamento) e ao mesmo tempo é cultivado para manter sob limites o direito de pessoas se relacionarem e também questionarem as tradições. O adultério nasceu com a burguesia e, para muitos, é parte da crise sexual do mundo burguês e de sua moral.

Isso não significa que deva ser proclamado ou expurgado como dever moral na sociedade burguesa. Significa que em todas as esferas da vida, inclusive, as várias formas de relações pessoais na sociedade do capital precisam ser superadas e qualquer camarada “admitido”, inicialmente ou não, na Organização necessita despertar, no diálogo com a classe, a ânsia em pôr abaixo as bases da propriedade privada que assolam as relações de camaradagem, solidariedade e companheirismo, impõem o individualismo exacerbado e a propriedade de um sobre o outro.

É exatamente esse tipo de relação sob as bases da propriedade que tem cada vez mais exigido da mulher, não do homem, que se mantenha no padrão “bela, recatada e do lar” coberta por um véu de pureza, que lhe é covardemente arrancado quando assim não se apresenta ou quando resolve adotar também o adultério,

prática hipocritamente recusada por esta sociedade. Esse momento, inclusive, que mais tem contribuído para que os índices dos vários tipos de violência contra a mulher não deixem de subir, especialmente de assassinatos.

Essa realidade, com toda a sua atualidade, necessita de ações práticas e teóricas, o que não significa a crença em reformas substantivas. Ou, corre-se o risco desses homens e mulheres, cada um em seu tempo, insistirem em demonstrar suas fragilidades e erros por trás da teoria e não a necessidade de buscar colocá-la em prática em sua essência.

Aqui restringirmos os exemplos dados, tomamos como referência o que podemos considerar, no mínimo, como uma contradição: Marx ao escrever toda a sua obra – base fundamental para lutarmos por uma outra sociedade e, em especial, um artigo como o Sobre Suicídio (Boitempo, 2016), que denuncia a opressão contra as mulheres vítimas do patriarcado e da tirania familiar e do absoluto poder do homem sobre a esposa para manter a propriedade privada – reproduzir ao longo de sua maturidade essas mesmas relações.

E a questão que se coloca não pode ser se era capaz ou não de criar outros tipos de relações. A questão colocada é que, de fato, um outro regime social ainda não estava colocado. No entanto, não significa abrir mão de subverte-lo em todas as suas esferas, inclusive, no âmbito das relações pessoais para reafirmar a camaradagem, solidariedade e companheirismo de classe. Tão pouco estagnar-se em pleno século 19 já que consideramos “historicamente mutável os relacionamentos humanos”.

Diferente do adultério em si é o machismo empedernido, que atravessa a sociedade como um todo, apresentável das mais variadas formas e práticas, que trazem em si diferentes tipos e níveis de violência contra a mulher para impor autoridade (submeter e subordinar), para decidir sobre o corpo, sobre o prazer e, até mesmo, sobre o momento em que deverá deixar de viver.

O patriarcado – regido por esse

poder, pelo medo e pelo casamento monogâmico – institucionalizado pelo Estado que dissemina ou mantém essa violência necessária aos ditames do capital, não pode ser mascarado e tão pouco enfrentado sem a unidade de homens e mulheres que “produzem o conteúdo material de toda riqueza social”.

Para tanto é fundamental insistirmos hoje, conforme muito bem indicado por Saffioti(2), que a desigualdade, a violência e a intolerância não são inerentes ao ser social. Portanto, passíveis de serem superadas.

Nesse sentido, não é possível mantermos como algo invisível os índices que expressam essa violência por todo o mundo e que o Brasil mantém: estima-se que devem ter ocorrido entre 129,9 mil a 454,6 mil estupros no país em 2015, o que significa dizer que mais de cinco pessoas são estupradas por hora no Brasil (3). Houve um crescimento de 11,6% da taxa de homicídios de mulheres entre 2004 e 2014, o que se traduz em treze mulheres assassinadas por dia no Brasil(4). As mulheres também sofrem com a ausência de oportunidades no mercado de trabalho: a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as

mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%) (5).

E na possibilidade da visibilidade, com a compreensão de que a Organização cumpra o papel de contribuir para a educação e superação dessas relações junto a classe que produz o conteúdo material da riqueza, é imprescindível que todos e todas se reeduquem diante das lutas necessárias num momento de crise estrutural cada vez mais profunda.

Isso requer, desde as reivindicações básicas para sobrevivência e para se manter viva, o que não pode ser o mesmo que oportunidades iguais, até a possibilidade de caminhar no sentido de “liberação das mulheres centrada na igualdade substantiva, que não encontra saídas para sua realização dentro dos limites do sistema do capital”(6) e para isso não pode haver espaço para a insistência do machismo empedernido, ou realmente pouco se questiona o “âmago do sistema dominante de reprodução sociometabólica” e seus limites absolutos.

Portanto, o machismo empedernido não é algo moral ou imoral como referência da moral burguesa, é a reprodução concreta e sistemática dos ditames do capital às relações pessoais, sustentado pela classe que produz o conteúdo material de toda riqueza social e demais assalariados, encoberto hipocritamente pela burguesia e capaz de fascinar mentes brilhantes atraídas

pelo comodismo ou imobilismo e pela vida “facilitada” por mulheres.

Assim, é imprescindível para o nosso tempo fortalecer as lutas em andamento e a consciência socialista com a “práxis revolucionária” para que mulheres e homens encontrem sentido em trilhar os caminhos para a sociedade socialista sem que interrompam os passos para enfrentarem, entre nós, além de todos os problemas enfrentados por estarmos juntos com a nossa classe, os descaminhos de práticas tão cruéis.

NOTAS

(1) Luxemburgo Rosa. Camarada e Amante: Cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983. Rosa abandonou Jogiches porque passou a gostar e resolveu morar com Konstantin Zetkin.

(2) Saffioti, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. Expressão Popular (2015).

(3) Segundo mostra o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(4) Dados do Atlas da Violência de 2016, uma publicação do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(5) De acordo com a 4ª Edição da Revista Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Publicação conjunta do Ipea, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

(6) Mészáros István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

AGRONEGÓCIO TENTA MELAR O CARNAVAL CARIOCA DA IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE

ALEX BRASIL

O senador Ronaldo Caiado (DEM) e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) declarou as suas intenções em propor no Senado uma sessão temática “para discutir, debater e descobrir os financiadores da Imperatriz Leopoldinense e os interesses em denegrir o agronegócio”. Acrescentou o fazendeiro Caiado que “com tantos problemas no país, que sofre com traficantes, bicheiros e facções, causa perplexidade uma escola de samba atacar o agronegócio, orgulho do País, que é o único setor que gera tantos resultados positivos”.

No embalo das declarações do ex-presidente da UDR, as Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba (Afocapi), Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana), a Cooperativa de Crédito Sicoobcocre e o Sindicato Rural de Piracicaba e Região (Sindirpi) manifestaram o seu repúdio ao enredo

*“O belo monstro rouba as terras dos seus filhos
Devora as matas e seca os rios
Tanta riqueza que a cobiça destruiu!”*

(Samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense em 2017)

da Imperatriz, “Xingu – O clamor que vem da floresta”, samba composto por Moisés Santiago, Adriano Ganso, Jorge do Finge e Adriano Senna.

Caiado, líder de um expressivo segmento da classe dominante (os latifundiários), buscou responder aos interesses corporativistas deste setor. Aliás, a UDR, do qual foi presidente, entre 1986 a 1989, chegou, no auge das suas atividades, a um índice de assassinatos no campo brasileiro que redundou no número de 640 vítimas. Por isso que Caiado, quando candidato à Presidência da República em 1989 pelo Partido Social Democrático, foi expulso, em carreato que tentou organizar pela sua campanha no centro

do Rio de Janeiro naquele período, à base de pedradas arremessadas por manifestantes populares aos gritos de “Arame farpado, na bunda do Caiado!”

Já o aparente “opponente” do agronegócio na polêmica em questão, Luiz Pacheco Drummond (patrono da Imperatriz e contraventor), em meio a imbróglio, afirmou que a escola de samba apresentou um enredo, de autoria do carnavalesco Cahe Rodrigues, que fala sobre a “rica contribuição dos povos indígenas do Xingu a cultura brasileira e tenta transmitir uma mensagem de preservação e respeito a natureza e a biodiversidade”.

Insistindo na defesa do enredo da escola, Drummond discorreu que os “relatos da própria população que vive na região do Xingu mostra que o povo ainda é alvo de disputas e constantes conflitos. A produção, muitas vezes sem controle, as derrubadas, as queimadas e outros feitos desenfreados em nome do progresso e do desenvolvimento afetam de forma drástica o meio ambiente, além de comprometerem o futuro de gerações vindouras”.

Para aliviar a polêmica com o agronegócio, acrescentou o bicheiro: “Esclarecemos que no trecho de nosso samba ‘o Belo Monstro rouba a terra de seus filhos, destrói a mata e seca os rios’ estamos nos juntando às populações ribeirinhas, às etnias indígenas ameaçadas, aos ambientalistas e importantes setores da sociedade que se posicionaram contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Não é uma referência direta, portanto, ao agronegócio, como alguns difundiram”.

UM HISTÓRICO DA ESCOLA IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE, SOB O COMANDO DO BANQUEIRO DO JOGO DO BICHO LUIZINHO DRUMMOND

Para muitos, com essas declarações, Luizinho estaria se enfrentando com o agronegócio. Muita calma nessa hora. Antes que os mais descuidados caiam nesse engodo midiático, é sempre bom lembrar que a escola verde-branco, que o “banqueiro” patrocina, se afirmou no carnaval carioca como

“escola chapa branca”: ora, de uma pequena agremiação do subúrbio carioca de Ramos (produtora de sambas-enredos ontológicos, mas considerada escola “ioiô”, sobe e desce) a Imperatriz virou uma das potências do carnaval carioca do Rio de Janeiro.

Seu primeiro ensaio nesse sentido foi antes de Luizinho Drummond. O enredo de 1972 (“Martim Cererê”), com o extraordinário samba de Zé Catimba e Gibi, virou trilha sonora da novela da Globo “Bandeira Dois”, do dramaturgo comunista Dias Gomes. Ninguém percebeu a ironia de Dias, em mesclar um samba sobre o “Brasil Grande” (propaganda da ditadura militar) com o submundo dos bicheiros do subúrbio do Rio de Janeiro, protagonizados pelos rivais Turcão (Paulo Gracindo) e Jovelino Sabonete (Felipe Carone). A pequena agremiação chegou pela primeira vez entre os quatro primeiros lugares.

Porém, depois de ser novamente rebaixada, de 1980 a 2016, a escola de Ramos pontificou como uma das maiores forças do carnaval do Rio: conquistou oito títulos no carnaval carioca, só perdendo para a Beija-Flor em número de conquistas nesse período. Entre os sambas que possibilitaram essas conquistas, estão o belíssimo “Liberdade, Liberdade, Abra as Asas Sobre Nós!”, de Nilitinho Tristeza, Jurandir, Vicentinho e Preto Jóia, todo ele voltado, reacionariamente, para a História Oficial, ou seja, a “História dos Vencedores”.

Diga-se de passagem, que a grande rival da Imperatriz que a superou em conquistas (Beija-Flor), nesse intervalo de tempo, foi patrocinada pelo irmão de Luizinho Drummond e parceiro na Liga das Escolas de Samba (LIESA), Aniz Abraão David, o “Anísio”. Também “banqueiro” do jogo do bicho, “Anísio” e sua família controlam os destinos políticos do populoso município de Nilópolis na Baixada Fluminense.

Foi também dentro desse período que a Imperatriz criou o conceito do “desfile tecnicamente perfeito”, ou seja, desfiles frios, que não aqueciam o Sambódromo, mas que não tinham



falhas. Esses desfiles lhe deram um tricampeonato (1999-2001) e criaram suspeições sobre os corpos de jurados de que asseguraram essas vitórias da Imperatriz, que geraram muitas polêmicas.

A partir dessa última grande conquista, a Imperatriz amargou um longo jejum. E para superá-lo, a agremiação de Ramos, flertou com enredos patrocinados por governos (em 2014, sobre o estado do Pará), assim como temas de fácil apelo popular como o feito para o jogador Zico, grande ídolo da maior torcida do Brasil, o Clube de Regatas do Flamengo (2015). E, em 2016, o enredo da verde e branco dos subúrbios da Leopoldina foi sobre ídolos da canção sertaneja, financiados e colados com o agronegócio (Zezé di Camargo e Luciano).

O CARNAVAL VIROU UM GRANDE NEGÓCIO: FRAÇÕES BURGUESAS EM DISPUTA?

Toda arte tem que ser livre de qualquer censura política, moral, religiosa ou econômica. Por isso, qualquer cerceamento à manifestação seja de um artista ou de uma agremiação cultural de massas como a Imperatriz Leopoldinense tem que ser rechaçada. Entretanto, outra coisa é se empolgar e tentar enxergar um referencial anti-agronegócio, ecológico e em defesa dos povos indígenas na agremiação de Ramos. Afinal, a mesma escola que hoje se contrapõe a essa ascendente fração burguesa já foi financiada por ela mesmo no ano anterior.

Enfim, já foram tempos em que

as agremiações de massas como as escolas de samba produziam temas, sob o olhar da chamada “História dos Vencidos”. A última vez foi a sensacional disputa, em 1988, entre Unidos de Vila Isabel (“Kizomba, a Festa da Raça”, samba de Luiz Carlos da Vila, Jonas e Rodolpho) e Estação Primeira de Mangueira (“Cem anos: Liberdade, Realidade ou Ilusão?”),

de Jurandir, Hélio Turco e Alvinho), os dois temas denunciando a farsa do centenário da Abolição, disputa vencida pela primeira escola.

Mas, naquela época, assim como o agronegócio apenas se encorpava, o “samba-negócio” engatinhava (sob a égide do Sambódromo) e ainda permitia-se espaços e possibilidades para um outro olhar da cultura popular,

por fora de patrocínios, financiamentos etc. Coisas muito distintas do período atual, dominado por setores que lucram com a destruição da natureza, produção de transgênicos, exploração do trabalhador rural ou segmentos que ganham na indústria cultural de massas, destruindo, por interesses mercantis, uma manifestação popular como o carnaval.

CRIME, SISTEMA PENITENCIÁRIO E CAPITAL: O GENOCÍDIO COMO FONTE DE LUCRO

Nos últimos dias, temos presenciado rebeliões em diversos presídios, eventos que expuseram as condições degradantes as quais milhares de seres humanos estão submetidos.

Como não poderia ser diferente, a mídia, os “especialistas”, o governo, o judiciário e o Ministério Público entre outros desperdiçam tempo e papel com propostas incapazes de resolver o problema, pois já haviam aplicado várias e o problema continua.

Ainda que seja administração estadual, federal ou privada para controlar uma ou outra cadeia, o problema não será resolvido e no máximo se adia a próxima crise. As causas são estruturais e decorrentes do capitalismo, que encontra muitas vantagens financeiras se o caos for mantido. Não haverá espaço para humanização enquanto os interesses estiverem submetidos aos capitalistas.

A origem e a explicação de toda a questão da existência de um sistema prisional como o brasileiro estão intimamente ligadas ao estágio de desenvolvimento do capitalismo e das relações sociais em seu entorno.

Em primeiro lugar porque é uma resposta aos problemas sociais decorrentes das crises econômicas, cada vez mais frequentes devido a seu caráter estrutural e, ao mesmo tempo, uma forma de valorização do capital empregado nesse setor. Depois, percebemos que há uma tendência de aumentar a criminalidade em decorrência do desemprego e da miséria.

CRIME ORGANIZADO: NEGÓCIO MILIONÁRIO

Um traficante é um empresário tal qual um banqueiro frequentador

das colunas sociais: vive do trabalho alheio e suas atividades empresariais obedecem às mesmas leis.

Os capitalistas e seus ideólogos fingem que isso não lhes diz respeito. Muito vinculado à pobreza, como forma de justificar a sua criminalização, em qualquer de suas “especialidades”, o crime (considerado aqui como atividade ilegal) é um dos negócios mais lucrativos. Tráfico de drogas, de órgãos humanos, contrabando de armas e os grandes assaltos são atividades que exigem um nível de organização que só grandes empresas podem levar adiante.

O capital não tem nenhum tipo de moral ou vergonha das formas que utiliza para se valorizar, seja explorando o trabalho de crianças seja no comércio de flores. É um processo objetivo. Um traficante – por sua atividade – é um burguês, pois está no processo como dono dos meios de produção.

As pessoas que trabalham no cultivo de folhas de coca na floresta amazônica criam valor tal qual aquelas que nas cidades acordam às cinco horas da manhã e vendem a sua força de trabalho para uma multinacional de alta tecnologia. Ambas as atividades geram valor. Assim, da mesma forma que o lucro (realização da mais-valia) extraído do trabalho de um padeiro vai se efetivar quando o pãozinho sair da padaria para a boca do consumidor, o lucro (outra vez, a mais-valia) produzido nos laboratórios de refino só vai ser efetivado quando consumido, normalmente, pela classe média.

As mesmas leis que regem a produção de pão regem também a da cocaína. Os bilhões de dólares oriundos dessas atividades ilegais ou que circulam no sistema financeiro mundial, aos olhos dos banqueiros,



têm o mesmo valor daquele oriundo de doações filantrópicas.

O processo de produção e comércio exige um esquema sofisticado envolvendo o plantio, as pesquisas laboratoriais, o comércio internacional e o transporte de país a país, as operações financeiras, que contam com o apoio dos grandes bancos do mundo, de lavagem de dinheiro, entre outras. Tudo isso porque as taxas de lucro são altíssimas. Estima-se ser superior a 1000%.

Em 2011 o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, sigla em inglês) divulgou um relatório em que as receitas criminosas no mundo em 2009 eram aproximadamente de US\$2,1 trilhões. Considerando só o comércio internacional de drogas o valor chega perto de 450 bilhões de dólares. Essa força do crime faz com que suas atividades necessitem cada vez mais de estruturas e, nas atividades pelo mundo, precisem de “filiais” para se organizar.

Por isso, o surgimento de vários grupos do crime organizado, como o Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), o Família do Norte (FDN), entre outros. Segundo as fontes governamentais são 27 grupos organizados e estruturados e as cifras são astronômicas. De acordo com o MP de São Paulo, só o

PCC movimentou R\$ 200 milhões e 40 toneladas de cocaína por ano.

A luta pelo monopólio e controle do comércio de drogas nas fronteiras causou o rompimento do acordo firmado no fim dos anos 1990 entre o CV e o PCC. Não por acaso, os conflitos ocorrem no Nordeste de onde a FDN controla a chamada “rota Solimões” trajeto por onde escorre a produção de coca do Peru. Mais uma vez estamos diante de uma lei que impera sob o capital – o monopólio – como impulso das disputas entre os vários grupos para o controle das atividades comerciais ligadas ao tráfico de drogas.

É ilusão achar que os Estados nacionais não participam diretamente dessas atividades. O comércio de ópio da Inglaterra para a China era monopolizado pela Companhia das Índias Ocidentais na Inglaterra e com aprovação do parlamento inglês (há documentação historiográfica que comprovam). Recentemente, governos como o boliviano (Banzer nos anos 1980) ou Noriega no Panamá, ligados diretamente a CIA, criavam as condições necessárias para a produção, refino e exportação de cocaína.

O CRIME ORGANIZADO CUMPRINDO PAPEL DE ESTADO REPRESSOR

A maior organização desses grupos também serve para impor sobre os “funcionários” um controle mais rígido. Acordos com policiais, assistencialismo nos bairros mais pobres, proibição de furtos e roubos nos bairros controlados por esses grupos são fundamentais ao Estado, para que haja controle sobre a população local.

Tudo é vigiado: quando saem, quando chegam, toque de recolher,

vigilância sobre os movimentos populares. Com os grupos do crime organizado cumprindo esse papel as forças policiais podem se dedicar às outras atividades de controle, sobretudo da juventude. A repressão aos “rolezinhos”, às passeatas dos movimentos sociais e aos jovens que não estão vinculados ao crime pode assim ser feita com mais eficiência. Estado e crime agindo juntos contra os pobres.

Outra contribuição do crime ao Estado é o impulso a dependência química de parcelas importantes da juventude e com isso aprofundar a “lumpenização” e uma situação de alienação em relação ao seu cotidiano. Um jovem a menos para enfrentar o sistema.

É famosa a política das forças de repressão nos Estados Unidos para enfrentar a radicalização da juventude negra. Havia a repressão direta (prisão, assassinato de militantes etc.), mas também a CIA e o FBI permitiram que os traficantes vendessem livremente (e mais barato) drogas como cocaína e heroína nos bairros onde os negros mais lutavam. Mumia Abu-Jamal, citado por Daniel Roio, comenta sobre a presença de drogas como o crack entre os jovens negros nos Estados Unidos:

“Um espectro assombra as comunidades negras da América. Como vampiro, suga a alma das vidas negras, não deixando nada senão esqueletos que se movem fisicamente, mas que estão afetiva e espiritualmente mortos. Não é o efeito de um ataque do Conde Drácula nem de uma praga lançada por algum feiticeiro sinistro. É o resultado direto da rapinagem planetária, das manipulações dos governos e da eterna aspiração dos pobres a fugir, aliviar-se, ainda que brevemente, dos paralisantes grilhões da miséria extrema”.

AS PRISÕES LOTADAS: O CAPITAL ENCARCERANDO “QUEM NÃO É MAIS NECESSÁRIO”

Segundo o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* (abril/2016) com dados de dezembro de 2014, o sistema penitenciário brasileiro tem 622.202 pessoas presas (não estão contadas as com prisão domiciliar). Desde 2000 houve um crescimento de 167%, quando havia 232 mil pessoas presas.

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e é a

segunda que mais cresceu nos últimos 15 anos, acompanhando o padrão mundial. De acordo com o relatório da *World Prison Population List* (WPPL), instituto de investigação de política criminal ligado à Universidade de Londres (<http://migre.me/vU6fZ>), são mais de 10,35 milhões de pessoas.

É evidente que esses milhões de pessoas não estão presas para serem ressocializadas. O capitalismo não mais se propõe a essa tarefa, se é que algum dia levou isso em consideração. O sistema penitenciário “como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósitos de lixo”. (Bauman, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*)

Tanta gente presa é o resultado do encarceramento em massa – que os vários governos (PT incluído nesse processo) vêm implementando – principalmente de pobres, jovens e negros.

A situação é uma resposta do Estado capitalista à crise – estrutural – do capital, que renega bilhões de pessoas (moradores de rua, desempregados etc.) não mais necessárias ao capital para a produção e tampouco para o consumo. O Estado consegue atender uma pequena parcela de pessoas a partir dos escassos programas sociais enquanto outra é literalmente descartável; fenômeno presente em muitos países em todos os continentes, da África negra a Europa.

O capital encontra possibilidade de eliminação do “excesso” de pessoas nas grandes guerras, guerras civis e localizadas e, também, no encarceramento de pessoas. Porém, essa medida atinge apenas pobres e os negros que superlotam os presídios.

Ainda pelo *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* 61,6% das pessoas presas são negras (pretas e pardas) e 75% dos presos cursaram somente até o fim do ensino fundamental e 9,5% concluiu o ensino médio.

OS GOVERNOS E O JUDICIÁRIO ESTÃO A SERVIÇO DAS NECESSIDADES DO CAPITAL

Nos últimos anos temos visto uma série de leis que alteram o tempo da pena dos presidiários. Mais recentemente, presenciamos a tentativa de reduzir a maioria penal de 18 para



16 anos e aumentar de três para dez anos o tempo máximo de internação dos menores de idade.

Nos Estados Unidos, houve a famosa “tolerância zero” que amparava a repressão policial e o aumento das condenações por crimes até mesmo de menor potencial ofensivo, mesmo a posse de pequenas quantidades de maconha era motivo para condenação. O Judiciário, por sua vez, também atende a uma classe e, portanto, condena as prisões os pobres e negros.

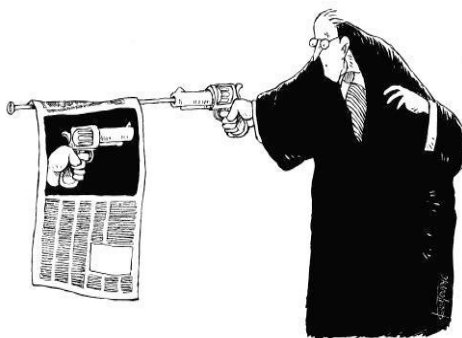
Outra forma de o Estado contribuir para o encarceramento em massa é com políticas sociais insuficientes de guerra às drogas. Além de servirem (como argumentamos acima) para aumentarem o preço e o lucro dos traficantes, na prática, serve para aumentar as condenações de pessoas com pequenas porções de drogas, normalmente para uso próprio ou o pequeno tráfico que serve para sustentar o vício. Segundo dados do relatório especial contra a tortura (ONU), 63% das mulheres e mais de 1/3 dos presos são condenados por tráfico de drogas.

Outra medida amplamente aplicada pelo Judiciário é a prisão provisória, caso em que o presidiário não tem condenação definitiva. Conforme o mesmo relatório da ONU, 41% dos presos está nessa condição.

Porém, todos esses procedimentos para excluir parte da população do processo produtivo e do consumo não significam a exclusão do sistema econômico. Os negócios que envolvem esse nicho de mercado vão desde a quentinha até a venda de equipamento de segurança e vigilância, passando por empresas de segurança privada, equipamentos de controle de pessoas etc. O crime impulsiona a produção capitalista. Conforme Marx, citado por Tom Bottomore no dicionário do pensamento marxista, “o crime também é útil, dado que dá lugar à polícia, ao tribunal, ao carrasco, e até mesmo ao professor que leciona direito criminal.”

OS DIREITOS HUMANOS

Em torno desse processo são construídos vários discursos ideológicos ligando a pobreza e o negro à criminalidade e isso é utilizado como forma de justificar a presença



hostil da polícia nas regiões periféricas das cidades.

Nas redes sociais é possível encontrar textos e mais textos defendendo o endurecimento da repressão estatal contra as pessoas. O apoio a leis que aumentam o tempo de prisão, entre tantas outras, na verdade é a reprodução de um discurso que vem do Estado e daqueles a quem interessam a perpetuação do crime e dos negócios que o cercam.

Ainda nesse sentido, podemos perceber uma tendência a “criminalizar” os Direitos Humanos, que dizem respeito aos direitos básicos de cidadania, ao respeito à dignidade humana (aqui poderia até argumentar que se trata de um princípio cristão) e até da legalidade burguesa.

Muitas pessoas contrárias aos Direitos Humanos argumentam que a exigência desse conjunto de direito é uma posição dos socialistas. Entretanto, os Direitos Humanos são parte do direito burguês. Os marxistas defendem que o direito deixa de ter sentido em uma sociedade sem classes, pois as formas de sociabilidade que regerão as relações humanas serão outras.

Apesar de todos esses aspectos expostos, o Estado não consegue cumprir nem a legalidade que construiu.

Evidentemente que, nós marxistas, defendemos os Direitos Humanos, mas o fazemos na perspectiva da luta anticapitalista e na denúncia do direito como expressão dos interesses da burguesia.

Não é por acaso que a direita e o fascismo se colocam contra até mesmo esses direitos básicos, defendendo um tipo de Estado que age nos subterrâneos e utiliza instrumentos políticos e morais de sociedades totalitárias.

No Estado brasileiro (em São

Paulo é mais acentuado) tem sido uma prática constante em que as superlotações nas cadeias são apenas a ponta do *iceberg*. As maiores vítimas, mais uma vez, são os pobres.

O aumento do efetivo policial (segundo o IBGE, em 2015 havia 1 PM a cada 473 habitantes, sem falar da Polícia Civil e Guarda Municipal), o extermínio da juventude da periferia, a vigilância constante nas ruas, os serviços reservados dos órgãos de repressão infiltrados nos movimentos sociais, a impunidade em relação aos crimes praticados pelas forças policiais e um judiciário cada vez mais conivente com a ilegalidade são a expressão de uma “democracia” burguesa cada vez mais autoritária.

O FIM DA PROPRIEDADE PRIVADA = FIM DO CRIME

Em uma sociedade sem classes sociais poderemos vislumbrar o fim do crime.

O capitalismo impõe padrões de vida e comportamento para alcançar uma ilusão de felicidade. Para suportar o trabalho (alienado) precisa-se suprir as lacunas criadas pelo sistema capitalista, por meio de consumo desenfreado de artigos de luxo e também de alucinógenos (legais ou ilegais).

Com o fim da propriedade privada, poderemos destinar nossa produção para o bem-estar da sociedade, acabando com a base objetiva que impulsiona várias atividades que hoje alimentam a criminalidade.

Não estamos dizendo que os conflitos acabarão, mas é a sociedade que vai discuti-los coletivamente e buscar soluções de acordo com os interesses da sociedade e não de um Estado opressor.

Nessa nova forma de sociabilidade, com novos valores éticos e morais, a humanidade não perderá tempo com esse tipo de crise. E então poderemos desfrutar plenamente o melhor da vida.

Editado sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

facebook.com/espacosocialista1